informando ao gestor a iminência de seu término;
VII- Sugerir, quando cabível, a prorrogação da vigência do contrato, em se tratando de serviço de natureza continuada.

Art. 3º - As determinações que ultrapassem as atribuições do Fiscal deverão ser solicitadas à Secretaria do MPC/PA, em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.

Art. 4º - As atribuições do fiscal serão complementares as do cargo que ocupa no MPC/PA.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 1 de setembro de 2020.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas do Estado

Protocolo: 576558

FÉRIAS

Portaria nº 218/2020/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o requerimento de férias da servidora Francilei Maria Contente Pinheiro, datado de 05/08/2020 (Protocolo PAE nº 2020/569124), e os termos da Resolução nº 06/2016/MPC/PA, do Colégio de Procuradores; RESOLVE:

Conceder à servidora FRANCILEI MARIA CONTENTE PINHEIRO, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, matrícula nº 200228, 05 (cinco) dias das Férias relativas ao período aquisitivo 11/01/2019 a 10/01/2020, para o período 14 a 18/09/2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 01 de setembro de 2020.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 576384

Portaria nº 217/2020/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o requerimento de férias do servidor Josué Costa Corrêa, datado de 27/08/2020 (Protocolo PAE nº 2020/643950), e os termos da Resolução nº 06/2016/MPC/PA, do Colégio de Procuradores; RESOLVE:

Conceder ao servidor JOSUÉ COSTA CORRÊA, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial – Especialidade Ciências Contábeis, matrícula nº 200121, Férias relativas ao período aquisitivo 04/10/2019 a 03/10/2020, sendo 05 (cinco) dias para serem usufruídos no período de 19 a 23/10/2020, 10 (dez) dias no período de 09 a 18/12/2020 e 15 (quinze) dias no período de 01 a 15/07/2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 01 de setembro de 2020.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 576381

OUTRAS MATÉRIAS

Portaria nº 220/2020/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o pedido da servidora Lúcia Helena Lima Costa, pelo qual requer a Gratificação de Titulação instituída pela Lei Estadual nº 8.596/2018, consubstanciado na apresentação de atestado de conclusão do curso de graduação em Direito;

CONSIDERANDO as informações apresentadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e pelo Departamento de Finanças e Planejamento, o parecer jurídico exarado e tudo o mais que consta dos autos do processo administrativo eletrônico nº 2020/633169,

RESOLVE:

Conceder, com fundamento no § 2º do art. 26 e no art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.596/2018, bem como na Resolução nº 04/2018-Conselho, Gratificação de Titulação à servidora LÚCIA HELENA LIMA COSTA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Ministerial de Controle Externo, matrícula nº 200125, no percentual de 5% (cinco por cento), nos termos do art. 4º, inciso IV, da Resolução nº 04/2018-Conselho, com efeitos financeiros a contar da data de apresentação do atestado de conclusão do curso.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 02 de setembro de 2020.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 576758

Portaria nº 219/2020/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Resolução nº 11/2018 – MPC/PA – Conselho, que regulamentava a Progressão por Merecimento dos servidores do MPC/PA, instituída pela Lei Estadual nº 8.596, de 11 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando nº 27/2020-8ºPC/MPC, de lavra da Procuradora de Contas Danielle Fátima Pereira da Costa (Protocolo PAE nº 2020/606278), reportando dúvidas acerca da aferição e efetividade dos critérios para efetivação da progressão por merecimento suscitadas durante os trabalhos da Comissão Especial de Progressão por Merecimento; e CONSIDERANDO que a próxima avaliação para Progressão por Merecimento se dará em abril de 2022, havendo, portanto, tempo suficiente para se proceder a eventual revisão sem prejuízo aos servidores;

RESOLVE:

I - Instituir Comissão Especial de Trabalho para revisar os critérios de ava-

liação para progressão por merecimento previstos no Anexo Único da Resolução nº 11/2018 – MPC/PA – Conselho.

II – A comissão será composta pelo Procurador-Geral de Contas (GUILHERME DA COSTA SPERRY), pela Procuradora de Contas DANIELLE FÁTIMA PEREIRA DA COSTA, pela Secretária do Órgão (CAROLINA MARTINS VICTER) e pelos servidores AKYSON FERREIRA DA SILVA, BRUNA ALINE BENTES DA COSTA, KAREN LOUREIRO LIMA e ROGÉRIO COUTO FELIPE.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém-PA, 01 de setembro de 2020.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 576385

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº 2361/2020-MP/PJG

A Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Contrato nº 104/2017-MP/PA, firmado entre este Órgão Ministerial e a empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recepcionista e de telefonista nas dependências do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Castanhal – Polo Nordeste I (Lote III); CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo nº 062/2020 – SGJ-TA (Protocolo nº 12922/2020) para apuração de responsabilidade da empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA, em razão dos fatos narrados pela Divisão de Serviços Gerais deste Órgão Ministerial, quais sejam, o não cumprimento das obrigações contratuais de pagamento dos salários de seus funcionários e recolhimento dos encargos sociais devidos, bem como, ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

CONSIDERANDO que, em defesa prévia, a empresa PROJEBEL alegou, em suma, que estaria enfrentando dificuldades financeiras, o que teria ocasionado os atrasos nos pagamentos de seus funcionários, contudo, que a situação já teria sido solucionada, bem como, que não teria havido ônus à prestação dos serviços ou à execução contratual. Alegou a ausência de culpabilidade na sua conduta, e requereu que o contrato não seja rescindido ou, que seja realizada a rescisão amigável.

CONSIDERANDO que, em manifestação acerca dos argumentos apresentados pela empresa, a Divisão de Serviços Gerais informou que fora constatado pelo Fiscal do Contrato que a PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA continua com pendências relacionadas a verbas salariais, bem como, que permanece com as certidões de débitos federais e municipais vencidas e impossibilitadas de serem emitidas nos respectivos sites.

CONSIDERANDO que a motivação exposta em sede de defesa prévia apresentada pela Empresa foi considerada improcedente, conforme Parecer nº 297/2020-ANALISTA JURÍDICO.

CONSIDERANDO que a conduta da empresa caracterizou o descumprimento injustificado das obrigações contratuais previstas na Cláusula Décima, itens 10.2.18 e 10.2.19, do Contrato nº 104/2017-MP/PA, o que impõe a aplicação de RESCISÃO CONTRATUAL, com base no item 14.1.1 da Cláusula Quarta do contrato mencionado c/c art. 78, II e III, da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO a lesividade e reprovabilidade da conduta da Contratada, somada à consecução do interesse público;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade e da razoabilidade;

RESOLVE:

I – RESCINDIR O CONTRATO Nº 104/2017-MP/PA, com base no item 14.1.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 104/2017-MP/PA c/c art. 78, II e III, da Lei 8.666/93, em razão do descumprimento injustificado das obrigações contratuais previstas na Cláusula Décima, itens 10.2.18 e 10.2.19, do contrato em apreço.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 02 de setembro de 2020.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Ministério Público do Estado do Pará

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 576420

Portaria nº 2360/2020-MP/PJG

A Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Contrato nº 104/2017-MP/PA, firmado entre este Órgão Ministerial e a empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recepcionista e de telefonista nas dependências do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Castanhal – Polo Nordeste I (Lote III). CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo nº 061/2020 – SGJ-TA (Protocolo nº 12590/2020) para apuração de responsabilidade da empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA, em razão dos fatos narrados pela Divisão de Serviços Gerais deste Órgão Ministerial, quais sejam, o não cumprimento das obrigações contratuais de pagamento dos salários de seus funcionários referentes aos meses de março e abril de 2020, vale alimentação de março a abril de 2020, vale transporte do mês de fevereiro de 2020, bem como, pela ausência de comprovação da regularidade fiscal